CDU 333.32(817.2)

CARÊNCIAS HABITACIONAIS NA AMAZÔNIA

Auriléa Abelém(*)

1. A TÍTULO DE INTRODUÇÃO: uma reflexão sobre carências na Amazônia

Um dos mais eficientes meios de conhecer a qualidade de vida de uma população é analisar a condição da habitação em seu sentido amplo, de moradia, envolvendo não apenas a casa, como seu entorno, ou seja, sua condição de habitabilidade. Nesse sentido, não é suficiente levantar o número de habitações, o tipo de construção ou o déficit habitacional, mas considerar o ambiente que circunscreve a habitação, produto das políticas governamentais no seu aspecto infra-estrutural, assim como o acesso a bens e serviços. (1)

Ao falar de carências habitacionais supõe-se apontar não apenas as condições de vida da população passíveis de descrição e quantificação, mas abordar seu modo de vida, os padrões e valores adotados formadores de carências.

Embora carência possa ser usada como equivalente à necessidade, cabe aqui destacar sua menor ambigüidade no sentido de a definir como "a vontade de um indivíduo determinado por algo também determinado".(2) Dessa forma, as carências referem-se aos valores

---

* Mestre em Planejamento do Desenvolvimento, Professor do Mestrado em Antropologia/ UFPa e Bolsista de Cooperação Técnica do Idesp.

presentes em cada sociedade, não se limitando apenas a mera pulsão natural, como a fome, ou a ter como objetos apenas coisas. Envolvem também ações, comportamentos, relações e instituições.

> *A carência é produzida em uma reelaboração do indivíduo do mundo da intersubjetividade, o que significa certamente reprodução de formas de estruturas simbólicas instituídas, mas também a possibilidade de transformá-las.* (3)

Assim, a carência funciona como mediação entre os indivíduos e grupos sociais e os processos macrossociais em curso. Supõe, além da interiorização seletiva de valores, algum tipo de racionalidade que associe causas e efeitos.

Daí a importância de associar a análise quantitativa a uma abordagem qualitativa da questão habitacional, considerando a realidade regional, ainda que limitada pela ausência de pesquisa de campo para identificar a vivência da população local, suas demandas e soluções alternativas para o problema na Região Norte, aqui também chamada Amazônia.

Mesmo no aspecto quantitativo a análise em relação à Região Norte apresenta certas limitações devido à exclusão da área rural nas Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs), o que prejudica comparações de dados mais recentes em relação às demais regiões e relativiza a apreensão do quadro de carências regionais, ampliando-a por outro lado, na demonstração de que a área rural na Amazônia é carente até de dados, encobrindo uma realidade que explode em conflitos, apesar dessa ausência numérica.

Em vista dessas limitações, este trabalho se propõe a avaliar as condições de habitabilidade na Amazônia através de um conjunto de indicadores que permitam perceber a qualidade do espaço-ambiente de moradia, envolvendo a densidade por cômodo, as aglomerações em favelas e assemelhados, o abastecimento de água, o sistema de esgoto sanitário e a coleta de lixo, sempre que possível envolvendo a área rural.

Inicialmente apresenta-se uma caracterização da população regional, para em seguida trabalhar as condições de moradia,

destacando a situação de domicílios e suas condições de habitabilidade, a partir de uma contextualização em relação às demais regiões e ao Brasil, passando pelas condições dos Estados e suas capitais.

2. Característica da População

Atualmente constituída de sete Estados (Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá e Tocantins) e abrangendo 7% da população brasileira (5 % em 1980) a Região Norte apresentou no período 1980/91 a mais alta taxa média de incremento anual da população residente (3,9%), o que denota a persistência de fluxos migratórios, ainda que em menor intensidade do que nos anos 70, pois a taxa de fecundidade encontra-se em queda, já em 4,04% nas áreas urbanas em 1984, portanto sem incluir a área rural, o que certamente elevaria a taxa, ainda assim também a maior entre as regiões do país. (4)

Comprovada por diversos estudos a relação entre desigualdades regionais e níveis de comportamento reprodutivo, justifica-se que nas regiões menos desenvolvidas como Norte e Nordeste essas taxas sejam mais elevadas embora em queda. Por outro lado, a persistência das condições de expansão das fronteiras agrícolas e urbanas ocasionam ainda fortes fluxos migratórios para a Amazônia, que juntamente com a queda da taxa de mortalidade explicam a elevada taxa de crescimento se comparada com a do Brasil, 1,9%.

Considerando o ritmo de crescimento da população urbana na Região Norte, este mostra-se, mais acelerado, com uma taxa de 5, 4%, enquanto a do Brasil é de 3,0%, denotando a rapidez da urbanização em áreas de fronteira, já envolvendo 58% da população regional. A integração da Amazônia ao espaço global tem tido na urbanização a base logística de sua ocupação.(5) Ainda assim, enquanto todas as demais regiões apresentam taxa negativa de crescimento da população rural entre 1980/91, na Região Norte ela cresce a uma taxa de 3,9%, apontando um potencial de fluxo rural /urbano persistente.

Com o crescimento de demandas não satisfeitas pelo poder público e com a crescente concentração de terras, os conflitos no campo tendem a se agravar, continuando a expulsar sua população para as

cidades que, por sua vez, não possuem estrutura para atender as expectativas e carências da população, gerando novos conflitos e deterioração da qualidade de vida urbana.

As condições de enfrentamento dessa deterioração são agravadas pela distribuição etária da população urbana regional, predominantemente de crianças e jovens menores de 15 anos (já que o índice de envelhecimento é de 7,l%), portanto, supostamente não economicamente ativas, apontando a mais alta razão de dependência das regiões brasileiras, 83,7%, o que acarreta uma sobrecarga na população em idade ativa (15 a 64 anos) e empurra os menores à inserção precoce no mercado de trabalho. (6)

Além da alta razão de dependência, convém destacar que a Região Norte urbana contém, depois da do Nordeste, a maior proporção de pobres e indigentes em sua população (43% de pobres e 19% de indigentes) em 1990. Não incluindo a população rural, sua participação relativa em termos nacionais fica limitada na casa dos 5% e 6%, respectivamente. (7)

De acordo com o Censo de 1991, 67% do total de chefes de domicílios da Região Norte recebem até 2 salários mínimos; na área rural eles representam 80% e na urbana, 59%. Considerando os domicílios cujos chefes possuem rendimento de até 1 salário mínimo, a proporção é de 50% na área rural e 32% na urbana.

A família urbana na Amazônia é constituída de cerca de 4 pessoas e conforme a PNAD/93 é chefiada em 25% dos casos por mulheres, o que geralmente agrava sua condição de pobreza, pela discriminação da mulher no mercado de trabalho. Outro agravante é indicado pela proporção de chefes de domicílios analfabetos , 29%.

Em que condições mora essa população na Amazônia, com tantas riquezas naturais e representada no imaginário nacional e internacional como "*celeiro do* mundo", "*maior reserva energética do planeta*", "*terra da promissão*"?

> "*A Amazônia, um ecossistema múltiplo, que muitos desejariam, imperialmente, ver convertida em "bem comum", patrimônio da humanidade. ... Uma Amazônia que precisa ser protegida, para o bem*

de todos e felicidade geral dos povos. Um paraíso que não pode ser perdido."[8]

3. Condições de Moradia

O processo de globalização vivido no final do século XX, com sua conseqüente destruição/reconstrução dos lugares, padrões e valores, já presente na Amazônia, traz à tona a importância do meio-ambiente e a preocupação com a deterioração da qualidade de vida da população.

Analisar as precárias condições de vida na Amazônia, frente ao crescimento urbano desordenado, através da habitação, significa oferecer elementos para o debate urbano-ambiental e para uma política de fortalecimento do sentido do valor de uso do solo, que garanta a inserção das populações pobres na *economia popular urbana* voltada, principalmente, para a reprodução. [9]

3.1. Situação dos domicílios

O Censo de 1991 registra na Região Norte 1.979.783 domicílios particulares, sendo 98,7% permanentes e 1,3% improvisados (não construídos para fins residenciais). A situação de improvisação agrava-se na zona rural, alcançando como na Região Centro-Oeste 2%, enquanto nas demais regiões não atinge 1%.

Dos domicílios permanentes 61% situam-se em área urbana, com índices mais elevados apresentados pelo Estado do Amapá, com 81,2%, devido à forte corrente migratória atraída pela criação da Área de Livre Comércio Macapá Santana , ocasionando um crescimento urbano desenfreado, que no período 1980/91 acusou uma taxa de 7,7% ao ano, devendo ter se elevado no decorrer dos anos 90 pelo pleno funcionamento da ALCMS. Por outro lado o esvaziamento do campo acusou para o mesmo período uma taxa de -2,33%. A participação relativa dos domicílios urbanos no total regional em 1991 é de apenas 3,6%. Ver Tabela I e II.

A seguir situam-se os Estados de Roraima e Amazonas, com domicílios urbanos representando aproximadamente 75% dos

domicílios permanentes de cada Estado.

No Amazonas a concentração urbana se explica em decorrência do esvaziamento do campo pelas atividades desenvolvidas na Zona Franca de Manaus, agravando a pobreza e a desigualdade social na cidade que apresentou entre 1989 e 1996 uma taxa de desemprego de 65%. "*De um lado está a população que vem do campo sem nível de especialização e do outro a automação industrial. Isso é crescente.*"(10)

TABELA I
TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO ANUAL DA POPULAÇÃO TOTAL, URBANA E RURAL, SEGUNDO UNIDADES DA FEDERAÇÃO REGIÃO NORTE

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL					
	1970/80			1980/91		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
BRASIL	2,48	4,44	-0,62	1,93	2,97	-0,61
REGIÃO NORTE	5,02	6,44	3,70	3,85	5,37	3,89
ACRE	3,42	8,34	0,81	3,01	6,29	-0,55
AMAPÁ	4,37	5,21	3,26	4,67	7,68	-2,33
AMAZONAS	4,12	7,76	0,43	3,57	5,24	0,43
PARÁ	4,62	5,02	4,25	3,46	4,11	3,64
RONDÔNIA	16,03	14,39	17,69	7,89	10,11	5,49
RORAIMA	6,82	10,80	2,66	9,63	10,13	8,74
TOCANTINS	-	-	-	2,01	5,53	...

Fonte: IBGE. Indicadores Sociais: uma análise da década de 80. Rio de Janeiro: IBGE,1995.
Para a Região Norte em 1980/91 e para o Estado do Tocantins: Dimensões das Carências Sociais: informações municipais, vol. 1. Rio de Janeiro: IBGE/IPEA, 1996.

Roraima vem desde o Censo de 1980 indicando uma forte concentração de sua população nas cidades, alcançando no período1980/91 a maior taxa de crescimento urbano e rural do país (10,l% e 8,7%, respectivamente), suplantando o Estado de Rondônia que anteriormente ocupava esta posição e que teve seu ritmo de crescimento desacelerado nos anos 80. Com suas áreas mais ricas em minérios situadas em terras indígenas e como zona de fronteira

política do país, Roraima só recentemente passou a ser alvo de ações do governo federal que, criou em 1985 o Projeto Calha Norte. De acordo com o Projeto, além dos interesses militares, inclusive com base no binômio "*desenvolvimento e segurança*", para combater o narcotráfico, o PCN objetiva a ampliação da estrutura viária; a aceleração na produção de energia hidrelétrica; a interiorização de pólos de desenvolvimento econômico, e a ampliação da oferta de recursos sociais básicos.(11) Tais investimentos, alguns já iniciados, a presença de contingentes militares na fronteira e a atração dos minérios explicam as altas taxas de crescimento geométrico. No entanto, considerando o quadro de domicílios urbanos da Região Norte, a participação relativa de Roraima é de apenas 2,5%, conforme Tabela II.

TABELA II

DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES NA REGIÃO NORTE 1991

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES		
	Total de Domicílios	Domicílios Urbanos (%)	Participação na Região Norte (%)
BRASIL	34.734.715	78,18	-
REGIÃO NORTE	1.954.358	60,93	100,00
RONDÔNIA	254.704	60,08	12,85
ACRE	88.243	65,33	4,84
AMAZONAS	384.634	74,66	24,12
RORAIMA	40.376	74,99	2,54
PARÁ	942.241	53,90	42,65
AMAPÁ	52.946	81,19	3,63
TOCANTINS	191.224	58,34	9,37

Fonte: Dimensões das Carências Sociais: informações municipais. Rio de Janeiro:IBGE/IPEA,1996, Vol. 1.

O Estado do Pará, por ter a maior participação de população rural da Amazônia (49,6%), e áreas e riquezas naturais significativas para o processo de apropriação capitalista do espaço amazônico e seus

mega-projetos, apresentou o menor índice de domicílios urbanos, 54%, embora tenha a maior participação relativa em termos regionais (43%).

Apesar dos projetos de colonização para Rondônia e da alta taxa de crescimento da população rural, que em 1970/80 chegou a 18%, 2/3 de sua população, em 199l, moram em cidades, em 60% dos domicílios permanentes. Os conflitos entre colonos e índios, a presença da grande empresa, a devastação das florestas, justificam em parte a desaceleração no ritmo de crescimento populacional que de 16% em 1970/80 caiu para 8% em 1980/91 quanto à população total, de 14% para 10% em relação à urbana e de 18% para 6% em relação à população rural.

> *Hoje às estradas e cidades, às madereiras e mineradoras, aos projetos de colonização às empresas de grande porte (100.000,400.000, até um milhão de hectares) que devastam a mata e se apropriam das terras, somam-se hidrelétricas em construção ou planejadas - algumas das quais, em breve, atingirão os índios.* (12)

3.2. Condição de habitabilidade

Para traçar as condições da habitação, o IBGE tem utilizado quatro variáveis, classificando os domicílios em adequado, deficiente e inadequado, segundo a estrutura física do domicílio, a presença de serviços de utilidade pública, a posse de bens essenciais à saúde e conservação dos alimentos e a densidade de moradores por cômodo(13)

A publicação do IBGE, *Indicadores Sociais, uma análise da década de 1980*, editado em 1995, constatou com base nas PNADs de 1982 e 1990 (portanto ignorando a realidade rural da Amazônia) que, acompanhando o quadro nacional, houve uma melhoria nas condições habitacionais urbanas na Região Norte. Ver Tabela III.

TABELA III

PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES ADEQUADOS NA REGIÃO NORTE URBANA

ANOS	Habitação	Serviços	Bens	Densidade
1982	84,8	20,2	33,0	29,2
1990	89,7	40,7	40,6	40,8

Fonte: Indicadores Sociais: uma análise da década de 80. Rio de Janeiro:IBGE,1995.

O percentual de habitações adequadas, relativo ao material de construção, evoluiu de 84,8% em 1982 para 89,7 em 1990, com uma variação de 4,9%. O de serviços de utilidade pública cresceu de 20,2% para 40,7%, demonstrando melhoria, embora ainda persista a insuficiência na alocação de recursos públicos o que agrava a situação de pobreza refletida nas condições de morar, mais grave ainda se envolver a área rural.

A posse dos bens, filtro , fogão e geladeira, retratando alterações no poder aquisitivo da população e no seu padrão de consumo foi a que menor adequação apresentou, passando de 33,0 % para 40,6%, a menor taxa apresentada entre as regiões.

Em relação à adequação quanto à densidade de moradores, foi também a Região Norte a que menor taxa apresentou. Embora tenha elevado seu percentual de 29,2% para 40,8%, persistiu uma maior proporção de domicílios com densidade inadequada, 59,2% em 1990.

O Censo de 1991 permite observar um certo agravamento da situação quanto à densidade inadequada dos domicílios, aqueles com mais de um morador por cômodo habitável, excluindo banheiro e cozinha. Para a área urbana a proporção é de 69%, com uma variação portanto de 10% em relação aos dados da PNAD /90. Para o total de domicílios, incluindo portanto a zona rural, a inadequabilidade sobe para 72% e considerando os domicílios cujos chefes possuem renda até 1 salário mínimo alcança 75%.

Continuam sendo as maiores taxas regionais e confirmam a relação da renda e da localização do domicílio com a condição de habitabilidade, sendo a densidade adequada um de seus aspectos.[14]

A Tabela IV demonstra essa relação a nível dos Estados. Em todos os casos a proporção de domicílios é maior para aqueles com chefes cuja renda é de até 1 salário mínimo e menor nos da área urbana, agravando-se portanto na área rural . Os Estados do Amazonas e do Amapá apresentam os maiores índices de domicílios com densidade inadequada (80% e 78% no total , 86% e 80% com chefes até 1 SM e 76% e 77% na área urbana). Os menores percentuais ficam com Tocantins e Rondônia.

É interessante observar que os Estados que apresentam as maiores percentagens em relação à densidade inadequada nos domicílios são os mesmos que possuem maiores proporções de domicílios com crianças menores de 2 anos.

A mesma ordem de grandeza das proporções nos estados pode ser observada quando se examina os domicílios em aglomerados subnormais (favelas , baixadas e assemelhados) que representam 9% dos domicílios da Região Norte (165.977 domicílios), 11% dos da área urbana e 7% da rural, conforme demonstra a Tabela V.

Embora a importância dessas proporções possam ser relativizadas quando comparadas com os números absolutos, de diferentes magnitudes, não deixam de apontar para a gravidade da situação e de reforçar fenômenos correlatos, habitações em favelas e baixadas apresentam densidade inadequada, são as que têm os chefes com mais baixa renda e onde reside mais de um terço das crianças menores de 2 anos.

Vale ressalvar que os aglomerados subnormais se concentram nas áreas urbanas, refletindo os problemas que a migração campo/cidade ocasiona, aumentando a demanda por solo urbano ainda não valorizado no mercado imobiliário, fazendo surgir conjuntos dispostos de forma desordenada e densa em terrenos de propriedade alheia e sem infra-estrutura.

TABELA IV

PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES COM DENSIDADE DE MORADORES POR CÔMODO INADEQUADA E DE DOMICÍLIOS COM CRIANÇAS MENORES DE 2 ANOS DE IDADE, SEGUNDO OS ESTADOS DA REGIÃO NORTE, SITUAÇÃO URBANA E CHEFES COM RENDA ATÉ 1 SALÁRIO MÍNIMO

ESTADOS SITUAÇÃO URBANA CHEFES DE ATÉ 1 SM	DOMICÍLIOS COM DENSIDADE INADEQUADA	DOMICÍLIOS COM CRIANÇAS MENORES DE DOIS ANOS
REGIÃO NORTE	71.9	34,0
Urbana	68,8	31,1
Chefes até I SM	74,5	35,0
RONDÔNIA	61,6	30,6
Urbana	59,6	29,5
Chefes até 1 SM	65,0	30,4
ACRE	71,6	34,0
Urbana	66,4	30,5
Chefes até 1 SM	76,9	35,3
AMAZONAS	80,2	35,0
Urbana	76,4	31,8
Chefes até 1 SM	85,6	38,1
RORAIMA	70,7	34,0
Urbana	68,2	31,9
Chefes até 1 SM	78,2	36,5
PARÁ	73,5	34,9
Urbana	69,7	31,2
Chefes até 1 SM	76,1	36,2
AMAPÁ	77,8	39,9
Urbana	76,7	38,0
Chefes até 1 SM	80,3	42,0
TOCANTINS	59,8	30,3
Urbana	56,5	28,2
Chefes até 1 SM	63,1	30,1

Fonte: Dimensões das Carências Sociais : informações municipais/ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. - Rio de Janeiro: IBGE/IPEA, 1996. 1 v.

TABELA V

DOMICÍLIOS EM AGLOMERADOS SUBNORMAIS SEGUNDO ESTADOS DA REGIÃO NORTE E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO

ESTADOS	DOMICÍLIOS EM AGLOMERADOS SUBNORMAIS			
	TOTAL		Urbano	Rural
	Absoluto	Relativo	Relativo	Relativo
BRASIL	1.575.336	5,1	6,0	1,7
REGIÃO NORTE	165.977	9,3	10,8	7,0
RONDÔNIA	1.835	2,1	3,1	0,5
ACRE	4.281	6,7	9,1	2,1
AMAZONAS	67.218	18,3	21,0	10,4
RORAIMA	1.421	6,1	4,3	10,1
PARÁ	79.947	9,1	9,4	8,8
AMAPÁ	8.177	15,9	15,5	17,7
TOCANTINS	3.097	2,0	2,4	1,5

Fonte: Dimensões das Carências Sociais : informações municipais/ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. - Rio de Janeiro: IBGE/IPEA, 1996. 1 v.

3.2.I. Saneamento básico

Apesar da grande expansão dos serviços de saneamento em todo o país na década de 80, as condições de saneamento básico na Região Norte ainda são bastante precárias. A insuficiência de investimentos públicos, a não priorização do setor e da região, agravadas pela dispersão populacional em seu extenso território e pela aceleração de sua concentração urbana, dificultam soluções que amenizem a ocorrência de doenças provenientes da poluição ambiental: água não tratada, sistemas de esgotos praticamente inexistentes, lixo não coletado.

Enquanto para o país como um todo, apenas 26,6% dos domicílios particulares permanentes apresentam abastecimento de água inadequado, em 1991, na Amazônia, com a maior percentagem dentre as Regiões, eles somam 59%, alcançando quase 70% no Estado do Tocantins e Acre, conforme se observa na Tabela VI e Gráfico 1, 2 e 4.

Deve-se chamar atenção que o IBGE classifica como abastecimento d'água inadequado os domicílios que na época do Censo não estavam servidos por água canalizada proveniente de rede geral de abastecimento, com distribuição interna para um dos cômodos. Não se referem, portanto, à qualidade da água distribuída, o que na Região Norte é uma questão a ser considerada, pela poluição dos

mananciais, rios e igarapés. Assim, se fosse considerada a qualidade da água que chega à casa dos consumidores, as percentagens seriam mais altas, atingindo cifras alarmantes, principalmente para os moradores mais pobres das cidades. Com relação à área rural seria mais lógico examinar a qualidade da água consumida para medir o abastecimento adequado ou inadequado, já que o padrão de consumo de água no campo na Amazônia dificilmente pode ser medido por ligações à rede geral, praticamente inexistente, o que nem sempre significa pior qualidade da água do que na cidade. É o que demonstram os altos percentuais de domicílios com abastecimento d'água inadequado na área rural.

TABELA VI

PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES PELOS ESTADOS DA REGIÃO NORTE, CONDIÇÃO DE SANEAMENTO BÁSICO E SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO

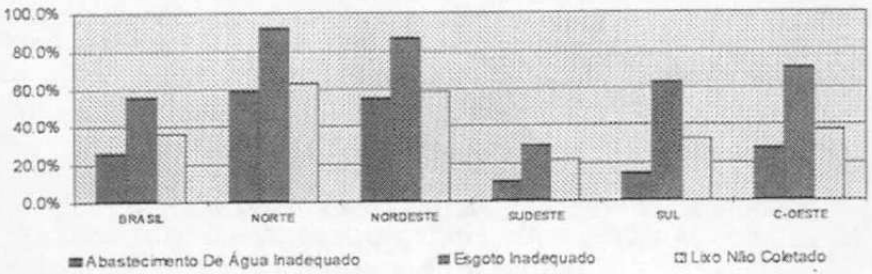
ESTADOS	CONDIÇÃO DE SANEAMENTO BÁSICO	Total	Urbana	Rural
BRASIL	Abastecimento De Água Inadequado	26,6	14,8	69,2
	Esgoto Inadequado	56,0	44,7	96,7
	Lixo Não Coletado	36,2	20,0	94,4
REGIÃO NORTE	Abastecimento de Água Inadequado	58,6	39,8	87,8
	Esgoto Inadequado	92,0	88,1	98,0
	Lixo Não Coletado	63,1	45,1	91,2
Rondônia	Abastecimento de Água Inadequado	57,8	37,6	88,3
	Esgoto Inadequado	97,1	95,2	99,9
	Lixo Não Coletado	61,4	37,9	96,8
Acre	Abastecimento de Água Inadequado	69,0	53,8	97,6
	Esgoto Inadequado	82,5	73,3	99,8
	Lixo Não Coletado	62,0	42,2	99,4
Amazonas	Abastecimento de Água Inadequado	46,4	28,9	98,0
	Esgoto Inadequado	87,2	82,9	99,0
	Lixo Não Coletado	52,2	36,2	99,5
Roraima	Abastecimento de Água Inadequado	47,1	34,0	86,4
	Esgoto Inadequado	94,8	93,2	99,9
	Lixo Não Coletado	46,1	29,0	97,5
Pará	Abastecimento de Água Inadequado	61,8	43,0	83,8
	Esgoto Inadequado	91,6	87,3	96,7
	Lixo não Coletado	67,1	50,8	86,0
Amapá	Abastecimento de Água Inadequado	44,5	33,8	91,7
	Esgoto Inadequado	93,9	92,5	99,9
	Lixo Não Coletado	42,0	32,7	83,1
Tocantins	Abastecimento de Água Inadequado	69,9	53,5	92,8
	Esgoto Inadequado	99,9	99,9	99,9
	Lixo Não Coletado	77,8	62,6	99,1

Fonte: IBGE, Crianças e adolescentes, 1996.

A inadequação de critérios urbanos para medir adequabilidade dos domicílios na área rural, igualmente em relação ao esgoto sanitário e à coleta de lixo, pode ser visualizada no Gráfico 3.

GRÁFICO 1

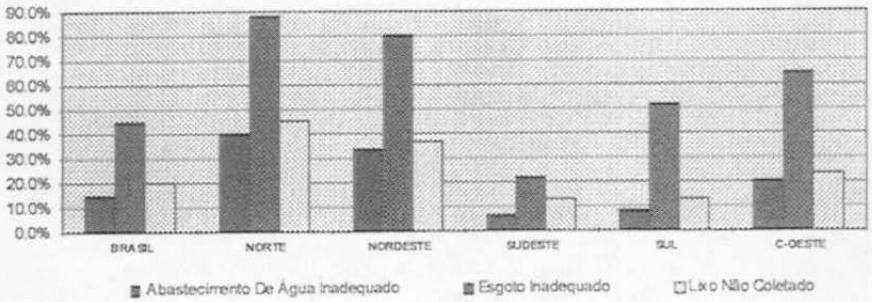
PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES POR CONDIÇÃO DE SANEAMENTO BÁSICO - GRANDES REGIÕES - 1991



Fonte: IBGE, Crianças e Adolescentes, 1996

GRÁFICO 2

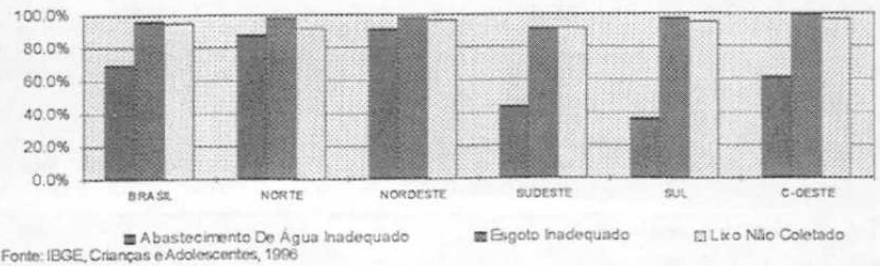
PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES POR CONDIÇÃO DE SANEAMENTO BÁSICO - SITUAÇÃO URBANA - 1991



Fonte: IBGE, Crianças e Adolescentes, 1996

GRÁFICO 3

PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES POR CONDIÇÃO DE SANEAMENTO BÁSICO - SITUAÇÃO RURAL - 1991



Fonte: IBGE, Crianças e Adolescentes, 1996

A questão do saneamento básico torna-se mais grave quando se refere ao esgotamento sanitário. Os domicílios que não dispõem de aparelhos sanitários ligados a uma rede geral de esgoto ou não possuem uma fossa séptica ligada à rede pluvial, considerados pelo IBGE com esgotamento sanitários inadequados, representam 92% dos domicílios particulares permanentes da Região Norte, igualmente a maior proporção entre as Regiões e bem superior à do Brasil que é de 56%. Na área urbana são 88%, quase o dobro da percentagem do Brasil, 44,7%, denotando a gravidade do problema sanitário nas cidades da Amazônia.

Agravando a situação sanitária, com reflexos na saúde e propagação de doenças, 63% do total dos domicílios regionais e 45% dos urbanos não possuem coleta de lixo. São mais uma vez, conforme se observa no gráfico 1 e 2, as maiores porcentagens quando comparadas com as demais regiões brasileiras e mais de duas vezes maior que as nacionais (36,2% e 20,0%, respectivamente).

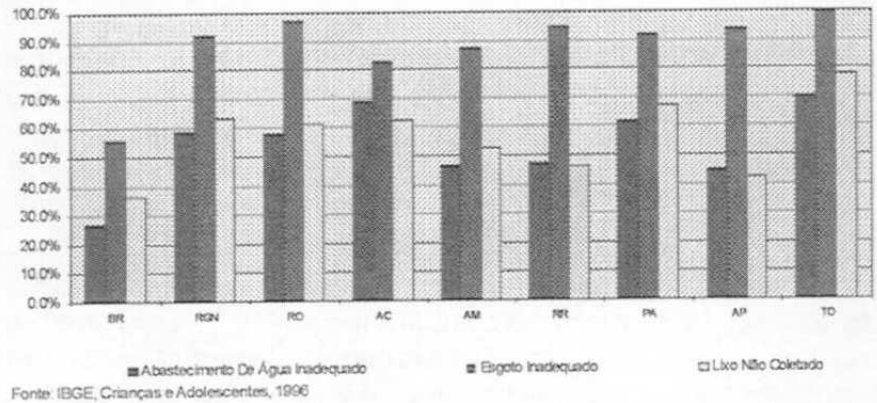
O lixo não coletado é queimado ou enterrado (31% do total de domicílios, 26% dos urbanos e 39% dos rurais) ou ainda jogado nas ruas, quintais, rios ou igarapés (32% do total de domicílios, 20% dos urbanos e 52% dos rurais), poluindo o meio ambiente e provocando a proliferação de insetos e roedores.

Observando a Tabela VI percebe-se que a situação de saneamento básico é mais precária no Estado do Tocantins que apresenta as percentagens mais elevadas dos domicílios com abastecimento d'água inadequado (70%), lixo não coletado (78%) e esgotamento sanitário inexistente.

Com proporções maiores que a apresentada pelo total regional para os domicílios com abastecimento d'água inadequado, encontra-se, além do Tocantins e do Acre, o Pará com 62%, conforme se pode visualizar no Gráfico 4. Na área urbana destacam-se os mesmos estados – Acre, Tocantins, ambos com 54%, e Pará com 43%.

GRÁFICO 4

PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES POR CONDIÇÃO DE SANEAMENTO BÁSICO



Fonte: IBGE, Crianças e Adolescentes, 1996

Em relação ao esgotamento sanitário inadequado todos os Estados possuem percentuais elevados, ficando abaixo do total regional apenas o Acre (83%) e o Amazonas (87%). Todos os demais apresentam mais de 90% dos domicílios nesta situação.

Depois do Tocantins, é o Pará o Estado que apresenta o mais alto índice de domicílios com lixo não coletado, 67% para o total e 51% para a área urbana. Os demais, com exceção do Amapá (42%) e Roraima (46%), apresentam mais de 50% de seus domicílios sem coleta de lixo.

A Tabela VII permite visualizar a distribuição dos domicílios com saneamento básico inadequado por situação urbana e chefes com renda até 1 salário mínimo.

Em relação à concentração de domicílios com abastecimento d'água inadequado na área urbana, apenas o Estado do Pará (40%) apresenta uma proporção menor que a nacional (42%) e a da Região Norte (45%), ficando a percentagem mais elevada com o Estado do Amapá (63%). Em relação aos domicílios com esgoto sanitário inadequado, a concentração em áreas urbanas é um pouco menor na Região Norte (58%) do que no país como um todo (60%), destacando-se novamente o Pará, com a única percentagem abaixo do índice regional e o Amapá com a mais elevada (80%).

TABELA VII

PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES COM SANEAMENTO BÁSICO INADEQUADO SEGUNDO OS ESTADOS DA REGIÃO NORTE, SITUAÇÃO URBANA E CHEFES COM RENDA ATÉ 1 SALÁRIO MÍNIMO

ESTADOS SITUAÇÃO URBANA CHEFES COM RENDA ATÉ 1 SM	SANEAMENTO BÁSICO INADEQUADO					
	Abastecimento de Água Inadequado		Esgotamento Sanitário Inadequado		Coleta de Lixo Inadequada	
	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo
BRASIL	12.159.211	100,0	19.400.885	100,0	12.572.634	100,0
Urbana	5.096.824	41,9	12.079.140	60,4	5.418.071	43,1
Chefes até 1 SM	7.408.325	60,9	9.946.360	50,8	7.634.815	60,7
REGIÃO NORTE	1.282.076	100,0	1.794.868	100,0	1.233.783	100,0
Urbana	570.368	44,5	1.046.545	58,3	537.106	43,5
Chefes até 1 SM	615.130	48,0	743.230	41,4	607.980	49,3
RONDÔNIA	186.977	100,0	246.738	100,0	156.484	100,0
Urbana	87.220	46,6	145.218	58,9	58.059	37,1
Chefes até 1 SM	89.066	47,6	101.181	41,0	80.870	51,7
ACRE	65.643	100,0	72.604	100,0	54.735	100,0
Urbana	35.193	53,6	42.092	58.0	24.317	44,4
Chefes até 1 SM	33.195	50,6	35.272	48,6	29.097	53,2
AMAZONAS	185.840	100,0	333.967	100,0	200.904	100,0
Urbana	89.303	48,1	236.855	70,9	103.887	1,7
Chefes até 1 SM	81.296	43,7	112.647	33,7	86.741	3,2
RORAIMA	19.836	100,0	38.277	100,0	18.608	100,0
Urbana	10.483	52,8	28.202	73,7	8.765	47,1
Chefes até 1 SM	8.516	42,9	11.744	30,7	8.121	43,6
PARÁ	647.144	100,0	862.483	100,0	632.056	100,0
Urbana	259.790	40,1	442.700	51,3	258.178	40,8
Chefes até 1 SM	305.281	47,2	369.331	42,8	307.721	48,7
AMAPÁ	25.116	100,0	49.708	100,0	22.227	100,0
Urbana	15.924	63,4	39.950	80,4	14.106	63,5
Chefes até 1 SM	7.996	31,8	12.809	25,8	7.409	3,3
TOCANTINS	151.520	100,0	191.091	100,0	148.769	100,0
Urbana	72.455	47,8	111.528	58,4	69.794	46,9
Chefes até 1 SM	89.780	59,3	100.246	52,5	88.021	59,2

Fonte: Dimensões das Carências Sociais : informações municipais / Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. - Rio de Janeiro: IBGE/IPEA, 1996. 1 v.

Tais dados chamam atenção para a precariedade das condições sanitárias com que vem se efetivando a urbanização recente do Amapá com a criação da ALCMS.

> *Em apenas dois anos a população (de Macapá) cresceu cerca de 83%. Saltou de 191 mil para 350 mil habitantes, segundo o IBGE. A migração é a grande vilã do crescimento desenfreado. Paraenses, maranhenses, piauienses chegam à cidade atraídos pela ALCMS. ... Proliferam as invasões por toda a cidade sem um pingo de infra-estrutura. O pior, as áreas invadidas são principalmente as perigosas áreas de "ressaca" (próximas ao litoral que sofrem erosão provocadas pelo mar).*[15]

Vale notar que quando relacionados aos chefes com renda até 1 SM é o Amapá que apresenta a menor proporção (31,8%) de domicílios com abastecimento d'água e esgotamento sanitário inadequados (25,8%). O que significa que a situação de precariedade atinge outras classes de renda, conforme aponta a concentração em áreas urbanas.

Já nos demais Estados, os domicílios sem ligação à rede geral com chefes cuja renda é de até 1 SM , excetuando Roraima com 43% e Amazonas com 44%, apresentam proporções próximas a 50%, com o Tocantins atingindo 59%, apontando o descaso dos governos com a população mais pobre e tornando transparente o processo de empobrecimento e exclusão das cidades amazônicas.

É também o Estado do Tocantins que possui o maior índice em relação a esgotamento sanitário inadequado com chefes com renda até 1 SM. Como a situação de esgoto sanitário é mais grave, como de resto no país, apesar da maior concentração nos domicílios com chefes com até 1 SM de renda, portanto mais vulneráveis ao enfrentamento da situação, a precariedade deste serviço é quase que geral e basicamente urbana (58% dos domicílios com esgotamento inadequado da Amazônia).

É interessante observar que os municípios com áreas de livre comércio, Amazonas e Amapá, são os que apresentam maior

percentual de domicílios urbanos com lixo não coletado, 52% e 64%, respectivamente. Já os que pertencendo a essa categoria possuem maior proporção de chefes com renda até 1 SM são Tocantins, novamente, com 59%, Acre com 53% e Rondônia com 52%.

Os dados permitem concluir pela precariedade das condições de habitabilidade na Amazônia, agravadas para a população mais pobre, refletindo os resultados das políticas de desenvolvimento para a Região, que tendo a cidade como base para aceleração do processo de integração da Amazônia ao capitalismo global, não têm cuidado das condições infra-estruturais necessárias a oferecer moradia condigna para os contingentes populacionais que se têm deslocado em sua direção.

3.2.1. As carências habitacionais nas metrópoles e capitais

É nas capitais dos Estados da Região Norte, onde se concentra 44,5% da população urbana regional, que se concentra igualmente a pobreza, com domicílios cujos chefes possuem renda até dois salários mínimos representando algo em torno de 50%, variando de 41% em Macapá, capital do Estado do Amapá e 60% em Palmas, capital do recém-criado estado do Tocantins.

Não fugindo do padrão de outras capitais brasileiras, já se observa o fenômeno da migração ascendente e descendente, apontado por Milton Santos. Há o deslocamento do eixo de penetração do capital, optando pelo campo, por sua maior vulnerabilidade e difusão mais veloz.

> *Nos dias de hoje o capital se difunde mais depressa no campo do que na cidade e a força do mercado regula a atividade a despeito do Estado. E na cidade é apenas o subsistema ligado às novas racionalidades que merece atenção dos governos, das multinacionais e dos organismos internacionais.*(16)

E como afirma o autor, o ambiente construído é um retrato da diversidade das classes sociais, das diferenças de renda e dos modelos culturais.

> *À cidade informada e às vias de transporte, aos espaços inteligentes que sustentam as atividades exigentes de infra-estrutura e sequiosas de rápida mobilização, opõe-se a maior parte da aglomeração onde os tempos são lentos, adaptados às infra-estruturas incompletas ou herdadas do passado, os espaços opacos que, também, aparecem como zonas de resistência. É nestes espaços constituídos por formas não atualizadas que a economia não hegemônica e as classes sociais hegemonizadas encontram condições de sobrevivência.*[17]

Tal fato é perceptível na análise do quadro de carências habitacionais nas metrópoles e demais capitais da Amazônia, cidades que supostamente estariam mais bem servidas de infra-estrutura, mas que apresentam desigual distribuição de investimentos e serviços e onde os pobres adaptados às infra-estruturas incompletas resistem em suas lutas cotidianas sobrevivendo na cidade, ainda que com baixa renda monetária, pressionando para soluções alternativas menos onerosas de serviços e infra-estrutura que não encareçam o valor do solo, para poder permanecer em áreas saneadas, ou ainda que se apliquem os instrumentos urbanísticos, como o do solo criado, outorga onerosa e criação de zonas especiais de interesse social (ZEIS), já previstos em seus planos diretores urbanos, como é o caso do PDU de Belém.

Um dos indicadores dessa situação é a densidade inadequada nos domicílios. Em todas as capitais é alta a proporção de domicílios com densidade superior a um habitante por cômodo, ampliando-se a participação quando se refere a domicílios cujos chefes recebem até 1 SM de renda, conforme pode ser observado na Tabela VIII.

Belém, metrópole da Amazônia Oriental, com uma população de 1.244.688 habitantes, apresenta sérios problemas quanto à questão de saneamento básico: porção considerável de seus terrenos alagada ou sujeita a alagamento, exatamente as áreas de maior densidade demográfica, as baixadas; crescente impermeabilização do solo acentuando as conseqüências advindas do alto nível de precipitação pluviométrica, provocando enchentes nas áreas de cotas mais baixas, mesmo em algumas já saneadas; poluição ambiental dos dois únicos lagos que abastecem a cidade, agravada pela recente ocupação em suas áreas por famílias de baixa e alta renda. [18]

Com o processo de urbanização/modernização crescente na Amazônia , observa-se um desaceleramento do crescimento populacional em Belém (2,65% em 1991), apesar de continuar

concentrando parcela significativa da população urbana das capitais (33%). Concentração/desconcentração, conforme analisado por Milton Santos, são fatores presentes na Região e que demonstram a expansão do crescimento populacional em Belém, atingindo municípios vizinhos como Ananindeua, Marituba e Benevides (que em conjunto com Belém formam a Região Metropolitana, até bem recentemente só constituída por Belém e Ananindeua), enquanto paralelamente outras capitais municipais do Pará atingem mais de100 mil habitantes, como Santarém e Marabá ou apresentam taxas médias de crescimento mais alta.

TABELA VIII

PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES COM DENSIDADE DE MORADORES POR CÔMODO INADEQUADA, SEGUNDO AS CAPITAIS DA REGIÃO NORTE, SITUAÇÃO URBANA E CHEFES COM RENDA ATÉ 1 SALÁRIO MÍNIMO

CAPITAIS SITUAÇÃO URBANA CHEFES ATÉ 1 SM	DOMICÍLIOS COM DENSIDADE INADEQUADA
BELÉM	71,0
Urbana	68,3
Chefes até 1 SM	79,0
MANAUS	74,4
Urbana	74,4
Chefes até 1 SM	79,9
BOA VISTA	68,5
Urbana	67,6
Chefes até 1 SM	76,4
MACAPÁ	76,6
Urbana	75,7
Chefes até 1 SM	80,4
PORTO VELHO	65,0
Urbana	62,6
Chefes até 1 SM	71,8
PALMAS	72,8
Urbana	73,8
Chefes até 1 SM	76,3
RIO BRANCO	66,9
Urbana	65,2
Chefes até 1 SM	73,2

Fonte: Dimensões das Carências Sociais : informações municipais/ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. - Rio de Janeiro: IBGE/IPEA, 1996. 1 v.

O processo de invasão/ocupação coletiva vem se intensificando, registrando a COHAB-Pa, em 1994, mais de 230 áreas invadidas, inclusive conjuntos habitacionais, o que tem acarretado problemas para obtenção de investimentos a novas construções, agravando a situação de déficit no setor habitacional, em torno de 33 mil habitações.

Ainda que Belém apresente as melhores condições de saneamento básico, se comparada com as demais capitais da Região Norte, conforme é demonstrado na Tabela IX e no Gráfico 5, suas condições de habitabilidade deixam muito a desejar, agravadas pelos fatores mencionados anteriormente e pela desigualdade dos serviços oferecidos em diferentes espaços da cidade. É sintomático que a população carente tendo resolvido parcialmente o problema do acesso à terra, através das invasões, apresente entre suas principais demandas ao setor público questões ligadas ao saneamento.

TABELA IX

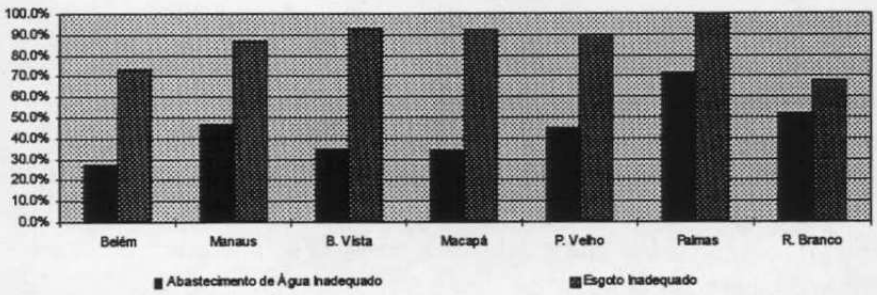
PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES NAS CAPITAIS DA REGIÃO NORTE POR CONDIÇÃO DE SANEAMENTO E SITUAÇÃO URBANA

CAPITAIS SITUAÇÃO URBANA	TOTAL DE DOMICÍLIOS	SANEAMENTO BÁSICO	
		ABASTECIMENTO DE ÁGUA INADEQUADO	ESGOTAMENTO SANITÁRIO INADEQUADO
BELÉM	256.576	27,20	73,40
URBANOS	173.524	16,80	64,90
MANAUS	391.460	46,40	87,20
URBANOS	292.634	28,90	82,90
BOA VISTA	30.809	34,80	92,80
URBANOS	26.561	31,40	92,20
MACAPÁ	33.233	33,80	92,10
URBANOS	28.554	25,20	90,80
PORTO VELHO	66.941	44,70	90,10
URBANOS	53.963	35,60	87,80
PALMAS	4.686	71,40	100,00
URBANOS	3.596	63,10	100,00
RIO BRANCO	45.307	51,50	68,00
URBANOS	39.241	44,70	63,20

FONTE: IBGE, SIEG, 1991

GRÁFICO 5

PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES NAS CAPITAIS DA REGIÃO NORTE POR CONDIÇÃO DE SANEAMENTO



Fonte: IBGE, SIEG, 1991

Se comparada às demais regiões metropolitanas é a RM de Belém que apresenta maior proporção de domicílios com densidade inadequada, 71,4%, enquanto que na RM de Porto Alegre e RM de Curitiba a proporção é de apenas 41% e 43%, respectivamente.

Quanto ao abastecimento d'água, embora tenha ampliado o número de domicílios ligados à rede, o problema de qualidade da água é sério em virtude da poluição dos mananciais, devendo se relativizar a proporção de apenas 27% dos domicílios com abastecimento de água inadequado em Belém mostrado na Tabela IX.

Em relação ao esgoto sanitário, embora com 73% dos domicílios não servidos, é o município da capital que apresenta o melhor índice da Região, depois do de Rio Branco (68%).

Apesar de ter o melhor perfil entre as capitais regionais quanto ao saneamento básico, as carências habitacionais são muitas, com os números não revelando toda a inadequabilidade existente.

Manaus , que desde a década de 70 ascende à metrópole da Amazônia Ocidental, foi revalorizada espacialmente com a urbanização concentrada promovida pela Zona Franca de Manaus.

Sua taxa média de crescimento urbano, 4,63% , é superior à da população total (4,35%) e sua população urbana (1.006.585) já ultrapassou a de Belém (849.187) e representa cerca de 40% da população urbana das capitais.

No entanto, conforme observa Roberto Corrêa, Manaus é na realidade uma metrópole macrocefálica, ainda com poucas articulações com as demais áreas do Estado. Além disso, com a automação industrial, conforme já se registrou, conta com uma taxa de desemprego de 65% em 1996. Com vários de seus habitantes vivendo nas 26 favelas existentes, possui 74% de seus domicílios com densidade inadequada.

Em relação às demais capitais regionais, com base em dados do Sistema de Informações Estatísticas e Geográficas do IBGE, em CD ROM, chama atenção a situação de Rio Branco, conforme possível de visualizar no Gráfico 5 e Tabela IX, com apenas 62% de domicílios com esgotamento sanitário inadequado, com situação melhor que Belém, inclusive. Sem dispor de informação para justificar o dado, e face aos custos necessários para esse investimento no setor, é correto desconfiar de algum engano nos números, já que em relação ao abastecimento de água a situação dos domicílios de Rio Branco só é melhor que a de Palmas.

Nas outras capitais a situação de abastecimento de água é mais atenuada que a de esgotamento sanitário, porém ainda deixa muito a desejar.

TABELA X

PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES NAS CAPITAIS DA REGIÃO NORTE COM CONDIÇÃO DE SANEAMENTO BÁSICO INADEQUADA SEGUNDO SITUAÇÃO URBANA E CHEFES ATÉ 1 SALÁRIO MÍNIMO

CAPITAIS	SANEAMENTO BÁSICO INADEQUADO					
SITUAÇÃO URBANA	Abastecimento De Água Inadequado		Esgotamento Inadequado		Lixo Inadequado	
1 SM	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo
BELÉM	87.760	100,0	187.300	100,0	60.266	100,0
Urbana	36.401	41,5	111.866	59,7	25.399	42,1
Chefes até 1 SM	28.446	32,4	51.877	27,7	20.743	34,4
MANAUS	43.861	100,0	157.071	100,0	44.189	100,0
Urbana	42.978	98,0	156.182	99,4	43.300	98,0
Chefes até 1 SM	11.116	25,3	31.027	19,8	11.213	25,4
BOA VISTA	10.215	100,0	26.423	100,0	7.021	100,0
Urbana	8.377	82,0	24.212	91,6	5.007	71,3
Chefes até 1 SM	3.207	31,4	5.853	22,2	2.266	32,3
MACAPÁ	12.449	100,0	30.602	100,0	9.527	100,0
Urbana	8.246	66,2	25.931	84,7	6.250	64,9
Chefes até 1 SM	3.146	25,3	6.168	20,2	2.624	26,8
PORTO VELHO	42.478	100,0	59.733	100,0	25.785	100,0
Urbana	30.058	70,8	46.998	78,7	15.910	62,1
Chefes até 1 SM	11.260	26,5	14.061	23,5	7.796	29,7
PALMAS	3.995	100,0	4.686	100,0	...	100,0
Urbana	2.906	72,7	3.596	76,7	...	...
Chefes até 1 SM	894	22,4	921	19,7	...	...
RIO BRANCO	26.465	100,0	30.458	100,0	19.212	100,0
Urbana	20.462	77,3	24.472	80,3	13.283	67,8
Chefes até 1 SM	10.952	41,4	12.384	40,7	4.485	43,3

Fonte: Dimensões das Carências Sociais: informações municipais. Rio de Janeiro: IBGE/ IPEA,1996, v. 2,4,5,14,22,23 e 27.

Observando na Tabela X apenas os domicílios com saneamento inadequado, percebe-se que em relação ao abastecimento de água e à coleta de lixo, as proporções se concentram em domicílios com chefes até 1 salário mínimo, significando maior carência para essa faixa de renda, demonstrando mais uma vez a desigualdade do processo de urbanização. Chama atenção essa concentração no município de Rio Branco com mais de 40% em ambos os casos e também em relação ao esgotamento sanitário que nas demais capitais apresenta menor índice por ser uma situação de inadequabilidade mais geral.

É interessante notar que, ao contrário das demais capitais, Belém apresenta uma menor concentração de domicílios com saneamento básico inadequado em áreas urbanas. Isto se deve ao fato de o município envolver uma significativa área insular, contendo portanto ainda boa parte dos domicílios com saneamento inadequado em área rural.

Reforça-se a tese da urbanização excludente, criando áreas "irracionais" na cidade, onde a população mais pobre cria alternativas para o enfrentamento das dificuldades de acesso à moradia condigna em sua luta de resistência no cotidiano, invadindo terrenos e conjuntos, fazendo ligações "clandestinas", enfim, abrindo "brechas" para resolver suas carências face à omissão do poder público.

4. Considerações Finais

Apesar do mito de paraíso ecológico, constata-se que as carências habitacionais na Amazônia são muitas e diversas. Os dados oficiais não conseguem apreender toda a sua intensidade e nem transmitir as peculiaridades do meio-ambiente, traçando um quadro do mundo rural por critérios urbanos que escreve em negativo as condições de habitabilidade no campo. Além disso, nas cidades a qualidade da água não pode ser apenas apreendida pela ligação ou não à rede de abastecimento.

A integração da Amazônia ao mercado globalizado revela sua intensa urbanização em moldes excludentes, refletidos nas condições de habitabilidade que situam os indicadores da Região Norte como os mais precários quando comparados com outras regiões do país.

Mesmo as metrópoles apresentam quadro caótico no setor habitacional, agravado pela deficiente infra-estrutura. Mas é nelas que se observa com maior intensidade as lutas dos oprimidos, pressionando seus respectivos governos por políticas menos desiguais, que tornem a cidade um direito de todos.

Concluindo, vale registrar que não é necessário criatividade, nem, em alguns casos, grande quantidade de recursos para resolver os problemas que se apresentam. O caso de Belém é exemplar, basta vontade política para pôr em prática instrumentos urbanísticos já existentes no Plano Diretor e inversão de prioridades para lutar por investimentos para o saneamento das áreas de baixadas.

NOTAS

(1) OLIVEIRA, Floriano e CUNHA, Márcio. Indicadores Sociais Urbanos: um instrumento pelo direito à cidade. In: Textos para discussão: A Sociedade, v. 1. Rio de Janeiro: CONFEST/IBGE: 1996.

(2) Edson Nunes citando Agnes Heller em Carências e Modos de Vida. Revista São Paulo em Perspectiva, v. 4, no. 2, abr/jun, 1990, p.3.

(3) NUNES, Edson, op. cit. p.4.

(4) Desde a década de 70 a Região Norte apresenta a maior taxa, 5,0%. Em 1991 se incluir o Estado do Tocantins a taxa sobe para 4,1%. Ver "Indicadores Sociais: uma análise da década de 80". Rio de Janeiro: IBGE, 1995, p.27.

(5) BECKER, Bertha e MIRANDA, Mariana. O Papel das Cidades na Ocupação da Amazônia. Brasília: CEPAL/IPEA, 1987.

(6) Dimensões das Carências Sociais: informações municipais. Rio de Janeiro: IBGE/IPEA, 1996, v. 1.

(7) ROCHA, Sônia. Governabilidade e Pobreza: o desafio dos números. In: Valladares & Coelho (orgs.) Governabilidade e Pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 1995, p. 226-227.

(8) MENDES, Armando. A PAX Amazônia. Conferência de Abertura do Seminário Internacional A Desordem Ecológica na Amazônia. Belém, 1990.

(9) Corragio ... define por economia popular "... en una primera aproximación, el conjunto de recursos, práticas y relaciones económicas propias de los agentes económicos populares de una sociedad", i.e., aqueles agentes que compõem "... unidades de reproducción [que] dependen de su propio fondo de trabajo (las capacidsades conjuntas de trabajo de sus miembros)..." CORRAGIO, J.L/. citado por MONTE-MOR, Roberto. Urbanização Extensiva e Lógicas de Povoamento : um olhar ambiental. In: Milton Santos et alii (org.). Território: Globalização e Fragmentação. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1994, p. 169-181.

(10) Um Cenário de Contraste. Jornal o Liberal. Belém, 17/07/96, p. 8.

(11) OLIVEIRA Filho, João Pacheco. A Segurança das Fronteiras e o Novo Indigenismo - formas e linhagens do Projeto Calha Norte. In: Jean Hebétte (org.). O Cerco está se Fechando. Petrópolis: Vozes, Rio de Janeiro: FASE, Belém: NAEA, 1991, p. 321-347. "A primeira característica do Projeto Calha Norte é a sua condição de assunto sigiloso, elaborado por um grupo reduzido, sem conhecimento e participação de outros integrantes dos Poderes Públicos. O Congresso Nacional não foi chamado a opinar nem informado da matéria, que só lhe chegou como comunicação oficial em outubro de 1987, quase dois anos após a sua aprovação e início. A opinião pública tomou conhecimento de sua existência através de denúncias e críticas formuladas por integrantes do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), em outubro de 1986..." (p. 323-324).

(12) MINDLIN, Betty. O Programa Polonoroeste. In: Hebétte, op. cit.

(13) Indicadores Sociais: uma análise da década de 80. Rio de Janeiro: IBGE, 1995.

(14) ALEXANDRE, Marco Antonio e CAILLAUX, Elisa. Condições Habitacionais. In : IBGE, 1995,. op. cit. p.245-262

(15) Macapá enfrenta a Explosão Migratória. Jornal o Liberal. Belém: 17/07/96, p.8.

(16) SANTOS, Milton. Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 78.

(17) Idem, p. 79.

(18) Maiores detalhes da questão encontram-se em RODRIGUES, Edmilson. Aventura Urbana: Urbanização, Trabalho e Meio-Ambiente em Belém. Belém: Editora, 1996.